
Notícia autodestrutiva: uma proposta de conceito jornalístico presente nas Stories do Instagram e no Snapchat¹

Ingrid Pereira de ASSIS²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Este artigo é a síntese da primeira parte da tese “Notícias autodestrutivas: conteúdo jornalístico em Stories do Instagram e no Snapchat”, defendida este ano no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ela teve como objetivo principal elaborar uma proposta de conceitual de notícia autodestrutiva, partindo da compreensão de como se constituem seus planos de conteúdo e de expressão, e analisando o conteúdo jornalístico criado para as plataformas de redes sociais Snapchat e Stories, do Instagram. Metodologicamente, ampara-se na Semiótica Discursiva, tendo ainda como procedimentos: a coleta e decupagem dos textos postagens; a revisão sistemática de literatura; e entrevistas semiestruturadas, em profundidade. Neste artigo, abordou-se apenas a parte teórica obtida a partir da revisão sistemática.

PALAVRAS-CHAVE: Notícia autodestrutiva. Semiótica Discursiva. Snapchat. Instagram. Stories.

INTRODUÇÃO

Este artigo se baseia na primeira parte da pesquisa de doutorado que deu origem à tese “Notícias autodestrutivas: conteúdo jornalístico em Stories do Instagram e no Snapchat”³. Esta pesquisa macro teve como objetivo principal conceituar a notícia autodestrutiva, a partir da análise de como se constituem e se relacionam seus planos de conteúdo (verbalização) e de expressão (visualidades), tendo como *corpus* conteúdos jornalísticos criados para as plataformas de redes sociais Snapchat e Stories do Instagram (BOYD & ELISSON, 2013; SCHROCK, 2015). Neste artigo, o foco será apenas no plano de conteúdo, sobretudo em sua base teórica desenvolvida a partir da revisão sistemática

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001.

² Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado sanduíche pela Universidade de Aveiro (Portugal); mestra em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e bacharel em Comunicação Social – Hab. Jornalismo, também pela UFMA, Brasil. E-mail: ingrid.p.assis@hotmail.com.

³ Orientada pela professora doutora Cárilda Emerim, da UFSC, e coorientada pelo professor doutor Pedro Almeida, da Universidade de Aveiro.

de literatura, tendo em vista que para desenvolver o debate completo da proposta da tese seria necessário um espaço de discussão mais amplo.

O objeto de estudo da tese e deste artigo é a produção de conteúdo jornalístico na pós-modernidade, a partir desta proposta de notícia autodestrutiva, pois se acredita que a relação desta com a efemeridade (BAUMAN, 1998, 2001, 2005 e 2007; LIPOVETSKY, 2016), a memória e a construção de conhecimento (MEDITSCH, 1997), exige um pensar propositivo conceitualmente acerca dos formatos jornalísticos. Isto porque se partiu da hipótese de que a autodestruição da notícia adicionaria especificidades em seus planos de expressão e de conteúdo, possibilitando aferir a existência de uma delimitação do formato notícia a partir do escopo teórico das pesquisas da área, até então.

Para alcançar o objetivo central já mencionado, definiu-se alguns objetivos específicos, parte deles interessa, especialmente, para o fragmento que está sendo abordado neste artigo. Dentre estes objetivos específicos oriundos da pesquisa macro, que são relevantes para este artigo, estão: compreender a relação entre efemeridade e o contexto (histórico e social), que permitiu o surgimento dessas plataformas de redes sociais e seus públicos; e estabelecer as similaridades e diferenças entre o conceito de notícia autodestrutiva e o conceito de notícia, identificando as especificidades do primeiro.

O *corpus* de análise da tese não será explorado de forma sistemática neste artigo, mas vale mencionar que ele é composto por textos-postagens dos perfis dos portais brasileiros *Uol*, no Snapchat, e *GI*, nas Stories do Instagram; bem como do perfil português *Público.pt*; e do perfil estadunidense da *Cable News Network (CNN)*, ambos na plataforma de rede social Instagram⁴.

Metodologicamente, a pesquisa se amparou na Semiótica Discursiva (GREIMAS, 1975 e 1984; GREIMAS & CORTÉS, 1980), que possibilita a maleabilidade necessária para a introdução de procedimentos metodológicos diversos a fim de atingir o objetivo proposto. Dentre tais procedimentos utilizados estão: a coleta e decupagem dos textos postagens, visando mapear os elementos constituintes do objeto empírico; a revisão sistemática de literatura, que deu um subsídio para a análise do plano de conteúdo do *corpus*; e, por fim, entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com profissionais envolvidos nas criações dos textos-postagens. Entretanto, neste artigo, será explorada

⁴ O *corpus* foi coletado em quatro etapas, nos anos de 2017 (*Uol*), 2018 (*GI*) e 2019 (*Público.pt* e *CNN*).

apenas a parte da discussão teórica proveniente da revisão sistemática de literatura. Ademais, levando em consideração a agilidade da velocidade das transformações técnicas do *corpus* analisado ao longo dos quatro anos de desenvolvimento desta pesquisa, a semiótica enquanto aporte metodológico se mostrou adequada porque “tem uma dupla relação com as ciências: ela é simultaneamente uma ciência entre as ciências e um instrumento das ciências” (MORRIS, 1976, p. 5). Sendo assim, nos tópicos seguintes, será detalhada a proposta conceitual da notícia autodestrutiva, a partir dos aspectos formais do seu plano de conteúdo. Além disso, será esmiuçado o porquê de a autodestruição implicar em uma (de)limitação do formato notícia.

1 O QUE É A NOTÍCIA AUTODESTRUTIVA?

Para responder a este questionamento, primeiro é necessário o esforço de compreender o conceito gênese de notícia do qual a nova proposição parte. Assim sendo, este tópico trará o conceito operacional de notícia autodestrutiva, oriundo de uma reconstrução histórica e teórica, desenvolvida a partir de uma revisão sistemática das produções acadêmicas que se propuseram a refletir sobre o tradicional conceito de notícia. Desse esforço, nasce uma proposta conceitual sustentada não apenas nas características do objeto analisado, como, também, na trajetória histórica deste advento e sua diferenciação com relação ao que já existe. Conforme frisa Dahlberg (1978, p. 105): “A intensão do conceito é a soma total das suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras”.

O jornalismo é um fenômeno socialmente construído e, portanto, amoldado às necessidades dos indivíduos que se organizam de modo cada vez mais complexo. Cremilda Medina (1988) destaca que a mensagem jornalística é produto de sociedades urbanas, que atravessaram o processo de industrialização. Por este motivo, foi feita para atingir a massa. O teor informativo do jornalismo só toma contornos mais definidos após 1875, quando ascende a mentalidade empresarial que vislumbra no jornalismo um modo de capitalizar (MEDINA, 1988). Schudson (2010), ao reconstruir o histórico da notícia na imprensa americana, conclui que ela nem sempre teve as características de hoje em dia. Na imprensa do século XVIII, não era exigido da notícia a obediência a um ideal de

objetividade⁵ ou mesmo o uso de declarações entre aspas, como corroboração do fato narrado. Os tão difundidos ideais de neutralidade e apartidarismo, em contrapartida a uma imprensa partidária, opinativa e narrativa, ocorre, de acordo com o autor, a partir de 1830. Nessa época, fortalece-se um modelo de “informação”⁶.

Paulatinamente, os próprios profissionais perceberam as limitações do ideal de objetividade erigido. A Grande Depressão americana e o *New Deal* trouxeram um contexto no qual era necessário debater questões políticas e econômicas com a população para além do que permitia o modelo chamado de realista. A imprensa reagiu reconhecendo a subjetividade das informações, atribuindo mais autoridade ao repórter e incentivando a especialização. Desenvolveu-se, então, a reportagem interpretativa para suprir as lacunas deixadas pela notícia⁷. Apesar da ascensão de novos formatos, a notícia, do gênero informativo, foi disseminada de tal forma que chega, por vezes, a ser confundida como a única forma de produzir jornalismo. Além dela, Beltrão (1969) lista pelo menos outras nove categorias que, também, fazem parte do jornalismo informativo: notícia em profundidade, reportagem policial, reportagem judiciária, reportagem político-administrativa, reportagem econômico-sindical, reportagem esportiva, reportagem sócio-cultural, histórias de interesse humano e informação pela imagem.

Juarez Bahia (1990) subdivide as notícias pelo tempo, modo de ocorrência (previstas, imprevistas e mistas), procedência (locais, nacionais e internacionais), seleção (proximidade e credibilidade) e pela técnica de tratamento (pesquisa, comparação, interpretação e seleção). De acordo com o autor, trata-se mais de um grau de aprofundamento do que necessariamente a existência de procedimentos próprios. Para Bahia (1990, p. 35): “Toda notícia é uma informação, mas nem toda informação é uma notícia”. No entanto, nem mesmo tais delimitações abarcam todos os critérios para estabelecer o que é notícia. Gislene Silva (2005) explica que o conceito de noticiabilidade é um universo amplo, do qual fazem parte outros dois: valores notícia e seleção de notícia. Isso permite dizer que além dos valores notícia, que partem da origem dos

⁵ Para Schudson (2010, p. 16): “...a crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores”.

⁶ Em parte, devido à criação da primeira agência de notícia norte-americana, a Associated Press, que, para atender muitos clientes, “empacotava” as notícias de forma objetiva. E, também, graças ao desenvolvimento de um modelo de negócios baseado mais na venda de exemplares que no financiamento político partidário (SCHUDSON, 2010).

⁷ Aqui, é preciso frisar que mesmo a notícia não está livre da subjetividade e pode se tornar um modo perigoso de esconder inclinações ideológicas e propagando a falta de transparência com o receptor (SCHUDSON, 2010).

acontecimentos, para uma seleção inicial daqueles que serão transformados em notícia, existem outros que estão presentes no processo de seleção. Fatores organizacionais (como prazo de fechamento, tecnologia disponível, número de profissionais na redação, relações entre os repórteres e as fontes) e fatores calcados nos princípios éticos e na deontologia da profissão, também, vão orientar as escolhas das notícias. Ressalta-se que, no dia a dia do jornalista, todos esses critérios de noticiabilidade atuam de forma concomitante e estão tão internalizados pelos profissionais, que passam a ideia de que “A notícia seria, portanto, algo intuitivo que só o bom repórter (naturalmente) saberia captar” (MORETZSOHN, 2002, p. 65). Saber realizar esta escolha faz parte da vocação exigida para a participação no campo jornalístico⁸, que nada tem de natural. O jornalista iniciante passa por uma preparação com ritos cotidianos, que funcionam como uma iniciação às regras do jogo. Naturaliza-se, assim, o domínio prático da produção que foi realizada antes pelos profissionais mais antigos.

Muitos pesquisadores se voltaram para a tarefa de definir quais seriam os valores notícias dos acontecimentos selecionados pelos jornalistas. Christian Weiner, em *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum*, do ano de 1676, afirmava que os critérios eram verdadeiro e falso. Daniel Hartnack, também, abordou a seleção de notícias, focando na relevância dos fatos, em seu trabalho acadêmico *Erachten von Einrichtung der alten teutschen und neuen europäischen Historien*, de 1688 (KUNCZIK, 1997). Considerada primeira dissertação sobre jornalismo, *De relationibus novellis*, de Tobias Peucer, na Universidade de Leipzig, em 1690, já aborda a seleção do que será transformado em notícia, demarcando algumas características que os fatos devem apresentar para tal. Como se percebe, o esforço em compreender este fenômeno não é recente e, embora estudos mais atuais possam ter preenchido lacunas importantes nesse sentido, ainda há muito o que ponderar, tendo ainda como desafio as modificações cotidianas naturais.

Com o objetivo de ordenar o que já foi pensado sobre o assunto, Gislene Silva (2005) organizou os principais valores-notícias identificados por pesquisadores

⁸ Segundo Pierre Bourdieu (2004), a noção de campo é uma alternativa aos estudos que analisam as produções culturais por meio do texto ou construindo a conexão do texto apenas com o contexto, sobretudo econômico, conforme a tradição marxista. Para o autor, existe este terceiro elemento: o campo. “Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo e textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto textual contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e contexto” (BOURDIEU, 2004, p. 20). A noção de campo é elaborada por ele objetivando “designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Desse modo, pode-se aferir que neste espaço de práticas jornalísticas próprias, distintas das demais produções culturais, reside o campo jornalístico.

estrangeiros e brasileiros, na segunda metade do século XX, dentre os quais: Nelson Traquina, Mauro Wolf, Michael Kunczik, Manuel Carlos Chaparro, Mário Erbolato e Nilson Lage. Por meio da sistematização elaborada pela pesquisadora, é possível perceber que alguns valores se repetem entre os diferentes autores, tais como: proximidade, proeminência, importância/impacto, novidade e importância, por exemplo. Isto pode denotar que tais valores estejam mais sedimentados e difundidos na profissão. A partir dessa observação, Gislene Silva (2005) elaborou uma nova sistematização para análises de acontecimentos a serem noticiados, que facilita a compreensão sobre os valores-notícia e ordenando-os, entretanto, não alcança todas as notícias disponíveis. Isso porque as narrativas contemporâneas estão cada vez mais complexas e mutáveis, sendo, impossível listar os valores-notícia que contemplem todas as narrativas jornalísticas.

Mesmo no mundo do trabalho, é possível que alguns jornalistas se perguntem as motivações e fundamentos da pauta que estão realizando. Situações assim turvam ainda mais os contornos de uma definição sobre o que seria notícia, suscitando a impressão que se trata apenas de um achismo ao bel-prazer dos que detém o poder de escolha. Conforme avalia Kunczik (1997, p. 243): “Em última análise, os valores informativos nada mais são que as suposições intuitivas dos jornalistas com referência àquilo que interessa a um público determinado, àquilo que chama a sua atenção”.

Mesmo ciente do desafio de realizar uma proposta conceitual, que parte de um conceito primeiro ainda pouco claro, esta pesquisa se amparou nas proposições de diversos autores que, ao longo dos anos, desenvolveram reflexões mais aprofundadas e sedimentadas na área de Jornalismo para chegar a uma ideia do que seria notícia e, mais a frente notícia autodestrutiva. Dentre os autores que colaboraram direta e indiretamente para a proposta que segue estão: Alcina (2009), Mar de Fontcuberta (1993), Lage (2000 e 2012), Jorge Pedro Sousa (2000), Nelson Traquina (2005), Otto Groth (2011), Teun A. van Dijk (1990), Pedro Orive Riva (1977), Dovifat Emil (1959), Sylvia Moretzsohn (2002), Ciro Marcondes Filho (1986) e Adelmo Genro Filho (1989), além, claro, dos que já foram citados neste artigo. Sabe-se que se trata apenas de um recorte das inúmeras produções voltadas a pensar a notícia e seus aspectos constituintes. Como todo recorte, o realizado pela pesquisa macro pode se mostrar mais ou menos arbitrário, ainda assim, para reduzir a arbitrariedade das escolhas, optou-se por trazer discussões levantadas por autores que se propuseram a pensar a notícia diretamente, ou pelo menos, aspectos

jornalísticos que lhes são fundamentais. Preocupou-se para que, mesmo utilizando metodologias e perspectivas diversas, as proposições destes autores conversassem entre si. E, visto que não será possível especificar as contribuições de cada um detalhadamente, aqui, frisa-se que é a partir deste recorte de contribuições que se propõe, agora, uma sistematização do que seria notícia para, mais à frente, pensar a notícia autodestrutiva.

Notícia seria, portanto, um formato dentro do gênero informativo, mais superficial que a reportagem e oriundo de fatos marcados por noticiabilidade (valores notícia e seleção de notícia). Além disso, a notícia deve, ainda, buscar uma universalidade; surgir periodicamente, para fidelização do público; e ser marcada por uma comunicabilidade, que flexibiliza os meios pelos quais será propagada, adaptando-se, inclusive, às novidades em termos de suporte. Já quanto ao seu plano de conteúdo, pode-se dizer que a notícia se apresenta, hoje, contendo: um lead; função referencial; uso do modo indicativo; impessoalidade do discurso, com emprego da terceira pessoa; coloquialidade; estrutura expositiva; e elementos de tragam efeito de real (como entrevistas e dados). Este efeito de real, também, é obtido por meio de elementos que compõem o plano de expressão, tais como fotos e vídeos.

Até o momento, buscou-se trazer uma formulação teórica da prática social, sem esquecer aspectos históricos importantes, para se compreender o conceito. Afinal, “Apresentar concepções de conceito já é em si, uma conceptualização da história do conceito. É uma atividade crítico-criativa que permite compreender a sua construção teórico-filosófica” (FERREIRA, 2013, p. 8). São os conceitos que possibilitam a formação de conhecimento, pois representam categorias de objetos, eventos ou situações, que podem ser expressadas por uma ou mais palavras. Deleuze e Guattari (2000, p. 46) destacam que: “Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento em si...”. Desse modo, ele consiste em uma representação, que para alguns é mental e, para outros, é linguística, compartilhada e, portanto, pública. “O conceito é a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 16). Deleuze e Guattari (2000, p. 15-16), amparados em Nietzsche, vão além, defendendo que é preciso criar os conceitos para efetivamente conhecê-los: “...você não conhecerá nada por conceitos se você não os tiver de início criado, isto é, construído numa intuição que lhes

é própria: um campo, um plano, um solo, que não se confunde com eles, mas que abriga seus germes e os personagens que os cultivam”. Amparado nisto, sustenta-se que ao criar esta proposta de conceito de notícia autodestrutiva estar-se-á ampliando os conhecimentos acerca de seu funcionamento, (de)limitando suas particularidades e generalidades. O primeiro esforço empreendido neste sentido foi de compreender o que é notícia, suas características e particularidades para, então, buscar o que seria uma proposta de especificação deste conceito: a notícia autodestrutiva.

Em termos de função, os conceitos podem ser metafísicos ou epistemológicos. Foca-se neste último, visto que agrega a função linguística, além da inferencial e gnosiológica. Especialmente a linguística interessa para esta pesquisa, pois, compreende que “Para seres linguísticos, a comunicação é um modo de existência: livros, mídias, discussões etc. Os conceitos viajam pelos livros e pelas palavras e têm funções linguísticas: a comunicação e a significação” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 104). Afinal, o conceito de notícia autodestrutiva está sendo construído verbalmente na tese supracitada e neste artigo, ficando disponível na materialidade do papel e na imaterialidade dos bits.

Por fim, é preciso ter em mente que os conceitos se organizam entre si, em relações de conjunto e em eixos verticais (dependendo do grau de generalidade) e horizontais (que abarcam segmentações de um nível). Assim, notícia e reportagem, por exemplo, estariam no mesmo conjunto de produções jornalísticas, ficando em um eixo vertical idêntico. Já as notícias autodestrutivas estariam a um nível de segmentação das notícias. “A combinação das estruturas horizontais e verticais dos conceitos constitui uma taxonomia. [...] Para alguns, o conteúdo de um conceito nada mais é do que, ou sobretudo, a soma das relações que ele mantém com outros conceitos” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 94). Sendo assim, a proposta de notícia autodestrutiva se relaciona com a notícia no sentido tradicional já elaborado aqui, tendo semelhanças nos aspectos conceituais do plano de conteúdo, mas com um fator que a (de)limita e a especifica: a autodestruição.

2 POR QUE A AUTODESTRUIÇÃO IMPLICA EM UMA (DE)LIMITAÇÃO DE FORMATO?

Defende-se, nesta pesquisa, que a autodestruição afetarà a capacidade do jornalismo de produzir memória, história do tempo presente e, principalmente, conhecimento. Cabe explicitar que se parte do pressuposto de que o jornalismo é uma

forma de conhecimento. Não um conhecimento científico e, tampouco, um conhecimento amparado apenas no senso comum, mas, um conhecimento específico, que se baseia na realidade e “serve ao mesmo tempo para conhecer e reconhecer” (MEDITSCH, 1997, p. 8). Apoiado em Paulo Freire, Meditsch (1997) frisa que o ato de conhecer está imbricado ao ato de perguntar e buscar respostas para estes questionamentos. A prática do jornalismo se ampara em perguntas não apenas no momento da entrevista, mas o próprio lead tradicional das notícias é todo formulado a partir das respostas aos questionamentos centrais. Meditsch nega a perspectiva de que o jornalismo seria uma ciência mal feita ou menor, por vezes, “perversa e degradante”. Ele defende uma terceira via na qual “o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente” (MEDITSCH, 1997, p. 2-3), cumprindo um papel no processo cognitivo do ser humano e da sociedade, por meio da produção de um conhecimento próprio e pela reprodução do conhecimento produzido por outras instâncias, como a científica.

E, nesse processo de desvelar a realidade, o jornalismo é atravessado pelo contexto social e pela subjetividade dos atuam na produção. “Como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto” (MEDITSCH, 1997, p. 11). No entanto, isto não invalida a sua contribuição enquanto um conhecimento necessário, pelo contrário, é o jornalismo que, muitas vezes, ajuda a elucidar tais contradições ao conectar os fatos, realizando o que Sodré (2010, p. 135) chama de “organização racional da realidade”.

Como todo tipo de conhecimento, o que é produzido pelo jornalismo não é simplesmente assimilado sem critérios, tal qual uma mera transmissão de informações. Hoje, as ciências já avançaram no sentido de notar que a capacidade cognitiva humana é ativa e dinâmica, abarca o processamento, classificação, contextualização, interpretação e reconstrução da informação enquanto um saber. Como destaca Meditsch (1997, p. 5): “O processo incessante de produção e reprodução do conhecimento depende não só do equipamento cognitivo dos indivíduos, mas também das possibilidades de socialização de suas experiências”. E completa: “O Jornalismo eventualmente pode desinformar as pessoas, mas certamente também lhes ensina muita coisa útil” (MEDITSCH, 1997, p. 11).

Para entender porque a notícia autodestrutiva é uma (de)limitação da notícia tradicional, é justamente esse processo cognitivo que interessa, tendo em vista que a autodestruição do conteúdo, a velocidade e fragmentação do consumo podem interferir no processo de transformação da informação em conhecimento, ao dificultar a capacidade de memorização para o indivíduo.

Memória é a aquisição, conservação e evocação de informações. A aquisição se denomina também aprendizado. A evocação também se denomina recordação ou lembrança. Só se pode avaliar a memória por meio da evocação. A falta da evocação denomina-se esquecimento ou olvido (IZQUIERDO, 2017, p. 13).

Segundo Izquierdo (2017), seres humanos, computadores, animais e até plantas possuem memória. Povos, nações e cidades, também, embora de um modo distinto, pois a esse tipo de conjunto de memória se atribui a classificação de História e os aspectos que nela perduram são chamados de cultura.

Poderíamos então dizer que a memória vence a morte a nível individual, mas sobretudo a nível social, já que a ação heroica fica sempre ligada aos valores de um povo, que através dos representantes mais dignos entrega-se a um futuro sem fim. A memória é então a categoria ética fundamental já que permite segurar uma forma que não se sujeita às transformações do tempo – forma que, se pode relacionar com um indivíduo como com o conjunto de uma cultura (mas também o indivíduo nunca é isolado, porque atua no âmbito de uma cultura) (ARCELLA, 2006, p. 186-187).

Seja enquanto História ou capacidade humana individual, a memória é uma preservação. A notícia autodestrutiva afeta a formação desta capacidade histórica, tendo em vista o rápido apagamento do conteúdo e a falta de interesse em preservá-los por parte dos usuários. Como explica Sodré (2010, p. 133): “A notícia converte-se, assim, numa tecnologia, não simplesmente cognitiva, mas produtora de real – é história que cria história”. E afeta, também, a capacidade de armazenamento nos seres humanos, entendida como modo não passivo, visto que “...depois de aprender e armazenar novas informações, podemos selecionar, interpretar e integrar uma coisa a outra – para fazer um melhor uso do que aprendemos e lembramos” (FOSTER, 2011, p. 12).

Quando consome notícias autodestrutivas, o interagente está automaticamente mobilizando a memória imediata (se for considerada a duração) e memória de trabalho (tendo como parâmetro o conteúdo). Izquierdo (2017, p. 18) explica que: “A memória de trabalho ou memória imediata é evanescente por definição e por natureza. Dura tão pouco porque deve durar pouco. (...) Ela não deixa traços bioquímicos nem estruturais”. Ao mesmo tempo, é uma memória muito fiel. A capacidade que o ser humano tem de

transformar essas informações em uma memória de curta ou longo prazo vai depender de muitos fatores, como estresse do interagente, grau de ansiedade e a própria passagem do tempo. “...a passagem do tempo faz com que as memórias remotas sejam mais suscetíveis ao esquecimento e à extinção (ver mais adiante), assim como à inclusão de informação adicional, que as melhora ou falsifica” (IZIQUIERDO, 2017, p. 21).

Tudo isso é muito variável de pessoa para pessoa, mas, existem aspectos da produção que dificultam a migração dessas informações para a constituição de um conhecimento de médio e longo prazo. O primeiro deles é a agilidade da comunicação, tanto na duração quanto no fato de que é feita para ser sucedida automaticamente por outra postagem, num *scrolling*⁹ automático. Foster (2011, p. 129-130) explica que:

Quando nos deparamos com uma informação pela primeira vez, ela pode ser relativamente frágil em termos de capacidade de memorização. Ao recordar com sucesso a informação correta pouco depois de estudá-la, é provável que nos recordemos dela mais tarde – então podemos esperar um tempo mais longo antes da próxima tentativa de recuperação.

Com a notícia autodestrutiva, muito dificilmente, o interagente retorna para consultá-la. E, se decidir fazê-lo, tem apenas 24h a contar do momento da postagem, que pode não ser o da visualização do interagente. É possível que algo permaneça na memória do interagente? Sim, até porque pode ser que este não seja o único canal informativo utilizado, mas o quanto não poderia ser medido ou mesmo generalizado como forma de apreender o processo de memorização. Isso sem contar a possibilidade de que algumas memórias sejam modificadas, misturadas com outras ou mesmo com idealizações do interagente, tendo em vista que memória consiste sempre em uma “reconstrução imperfeita do passado localizada no presente” (FOSTER, 2011, p. 20).

Foster (2011) explica, ainda, que a memória é vital para tudo que o ser humano faz, de falar a identificar objetos e manter relacionamentos. Também, é fundamental na reconstrução da informação enquanto um conhecimento, no sentido educacional.

...resultados de pesquisas sobre as informações preservadas indicam que deve haver alguma retenção da memória gravada em nível inconsciente. Uma questão intimamente ligada a essa é levantada pelo conceituado psicólogo B. F. Skinner quando afirma que “a educação é o que permanece após o que foi aprendido ter sido esquecido”. E poderíamos acrescentar: “conscientemente esquecido, mas retido de alguma forma residual” (FOSTER, 2011, p. 15).

⁹ Movimento de rolagem da tela, que pode ser vertical ou horizontal. Neste caso, é horizontal.

Uma observação: quando se fala da dispersão da atenção por conta do volume de informação, como ao tratar da economia da atenção do interagente, não se acredita que a capacidade mnemônica do interagente seja limitada, pelo contrário. Só que a velocidade das atuais narrativas somada à ansiedade produzida pelo volume de informação, modo de fruição fragmentado e autodestrutivo, pode interferir no processo de transformação desta informação em um conhecimento memorizável.

Izquierdo (2017) explica que as memórias podem ser afetadas pelo emocional do momento da apreensão, bem como pelos esforços para fixar tal conhecimento. Para o autor, as emoções, estados de ânimo e níveis de alerta afetam as sinapses que regulam a formação e evocação das mais variadas memórias. Ele lista, ainda, três razões que levariam os seres humanos a lembrarem de fatos antigos com detalhe, ou seja, formar um conhecimento a partir de dada vivência. A primeira seria a importância desses fatos para quem os assimila, quanto mais importantes, maior o potencial de ser assimilado. Isso, claro, varia de pessoa para pessoa, mas, pode-se relacionar que o jornalismo, mais particularmente a produção de notícias, tenta sempre abordar assuntos que seriam relevantes para o maior número de pessoas possíveis e faz disso o seu *modus operandi*, por meio dos critérios de noticiabilidade, que já foram explicados anteriormente.

A segunda razão por que nos lembramos de memórias antigas em detalhe é porque muitas delas são essenciais para o nosso dia a dia e as lembramos bem porque as repetimos e usamos muitas vezes, nos mais diversos contextos. A repetição reforça as memórias, provavelmente recrutando cada vez mais circuitos nervosos para reforçar o armazenamento delas (IZQUIERDO, 2017, p. 35).

Nas notícias analisadas por esta pesquisa, essa capacidade de repetição é intensamente afetada. A fruição é, muitas vezes, feita de uma vez só, em poucos segundos. No *corpus* coletado, não foram sequer encontradas suítes, nas quais o assunto poderia ser retomado com uma atualização. Depois de autodestruída, aquela notícia dependerá apenas da capacidade mnemônica e emoções do interagente, caso não seja repostada pelo perfil administrador.

Já o terceiro e último motivo para a preservação da memória seria um apego ao antigo e à ideia de que o tempo passado foi melhor do que o presente. Ou seja, o saudosismo interfere na permanência de certas informações (IZQUIERDO, 2017). Sendo assim, não é o simples acúmulo de informações que afetaria o desempenho humano em termos de memorização, mas o estado emocional de constante ansiedade por essa enxurrada comunicativa e pela falta de possibilidade de retornar ao conteúdo para revisar,

reabsorver e lembrar, após as 24h. Para Izquierdo (2017), não existe a síndrome da fadiga de informação, mas sim fadiga dos sistemas de percepção.

Tal fadiga afeta, sobretudo, a capacidade de recuperação dessas informações, tornando o sistema de memória humano menos eficiente. Como não consegue recuperar o conteúdo que foi postado há mais de 24h nestas plataformas, o ser humano, aos poucos, também não consegue recuperar mnemonicamente o conteúdo que fez a fruição, tendo em vista o constante estado de ansiedade. Foster (2011) explica que para ser considerado em bom funcionamento, um sistema de memória precisa desempenhar três funções corretamente: codificação, armazenamento e recuperação. “Assim, a memória não envolve apenas a recepção e o armazenamento de informações, mas também a habilidade de recuperá-las” (FOSTER, 2011, p. 31).

O ato de lembrar, ou de poder recuperar o que foi armazenado, é individual, mas, também, social. A lembrança “...nunca é exclusivamente individual: está sempre ligada ao conjunto da sociedade da qual eu participo e, portanto, tem caráter político (pensando na limitada sociedade grega, na polis) e cívico (pensando em agregações mais amplas como a res publica romana)” (ARCELLA, 2006, p. 187). Portanto, as lembranças que os indivíduos conseguem recuperar são fundamentais para a sua atuação no espaço público e não apenas no âmbito privado.

Focando, mais especificamente, no contexto que se desenhou após o surgimento da internet, Palacios (2003) demarca que a disposição de espaço ilimitado para comportar o material noticioso foi a ruptura mais significativa com a criação da web. Com isto, não apenas o que é produzido passa a dispor de um espaço ilimitado para a criação, como o que já foi produzido, inclusive pelos veículos tradicionais, passa a ter um repositório que permite a recuperação dos arquivos digitais pelo produtor e interagente, por meio dos motores de busca (*search engines*) e seus múltiplos cruzamentos de palavras-chaves e datas (indexação) (PALACIOS, 2003).

A criação das plataformas que autodestroem seus conteúdos para acesso dos usuários altera a lógica instituída por essa ruptura promovida pela web, na qual: “...a conjugação de Memória com Instantaneidade, Hipertextualidade e Interatividade, bem como a inexistência de limitações de armazenamento de informação, potencializam de tal forma a memória que é legítimo afirmar-se que temos nessa combinação de características e circunstâncias uma ruptura com relação aos suportes mediáticos anteriores”

(PALACIOS, 2003, p. 10). Modifica-se, também, a possibilidade de uso de tais dados como fonte de recuperação de informações e contextualização de notícias, pois o armazenamento ilimitado e a comunicação digitalizada e em rede “...introduzem mudanças qualitativas que criam um panorama novo a nível da constituição e resgate da Memória Social, alterando forçosamente as metodologias de trabalho do Historiador e do investigador social em geral” (PALÁCIOS, 2003, p. 10).

Considerando todos estes aspectos e mudanças empreendidas com o surgimento dessas novas plataformas, acredita-se que os jornalistas devem trabalhar ativamente na criação de notícias que sejam atrativas e interessantes não apenas no plano de conteúdo, mas, sobretudo, no plano de expressão. Isso porque, conseguindo mobilizar as emoções do interagente, otimiza-se a capacidade de armazenamento e resgate posterior da informação. Conforme demarcam Shoemaker e Cohen (2006, p. 11):

É mais provável que prestemos atenção à informação vívida do que à informação pálida, porque a informação vívida estimula a nossa imaginação de três maneiras: (1) é interessante e envolve nossas emoções; (2) é concreto e evoca imagens; ou (3) são informações sobre algo próximo – se não em termos de proximidade geográfica, em termos de tempo ou de nossos sentidos¹⁰.

Finaliza-se, assim, a explicação sobre o porquê de a autodestruição permitir a aferição de um novo formato jornalístico e, portanto, um novo conceito a ser operacionalizado pela área. A discussão que fundamenta os aspectos apresentados neste artigo aparece de forma mais profunda na tese, resultado da pesquisa macro. Como, dito no início do artigo, trata-se de um fragmento teórico, com as principais concepções que sustentam a proposta do conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial da pesquisa que deu origem a este artigo era de que a autodestruição da notícia produzida para as plataformas de redes sociais Snapchat e Stories do Instagram adicionava especificidades em seus planos de expressão e de conteúdo, que o permitia aferir a existência de uma delimitação do formato notícia: a notícia autodestrutiva. Esta hipótese se confirmou durante a pesquisa, que atravessou diferentes etapas ao longo dos quatro anos de desenvolvimento. Neste artigo, abordou-se

¹⁰ Tradução de: “We are more likely to pay attention to vivid information than pallid information because vivid information fires our imagination in one of three ways: (1) it is interesting and involves our emotions; (2) it is concrete and evokes images; or (3) it is information about something that is proximate – if not in terms of geographical closeness, then in terms of time or our senses” (SHOEMAKER; COHEN, 2006, p. 11).

apenas parte da fundamentação teórica que sustenta a proposta do conceito já mencionado, por meio de uma revisão sistemática de literatura.

Percebeu-se, no processo de investigação, que a liquidez pós-moderna afetará as diferentes facetas da vida humana e o fazer jornalístico está incluso nisso. Isso porque o jornalismo, enquanto um fenômeno social, é fruto da ação humana e só faz sentido pela sua apropriação. Os ambientes do Snapchat e das Stories do Instagram se conformam a esta lógica da liquidez, pois possibilitam a autodestruição do conteúdo produzido, valorizando, assim, a ausência de rastros e maleabilidade a qual a liquidez remete. Ao adentrar tais plataformas, o jornalismo tem duas características fragilizadas: a persistência e a buscabilidade (BOYD, 2010). Isto permite concluir que ascende um jornalismo que já não constrói uma memória.

Em ambas as plataformas, inicialmente, os conteúdos não poderiam mais ser acessados depois de apagados. Posteriormente, isso foi modificado, passando a ser possível para o administrador do perfil acessar postagens antigas, mas, ao seguidor, aquele conteúdo só permaneceria disponível na temporalidade já descrita. Este movimento é inverso do feito pelos tradicionais veículos de comunicação. O início da televisão e do rádio não era possível o armazenamento do conteúdo produzido pela inviabilidade técnica. O conteúdo só poderia ser assimilado na transmissão, por isso, tais mídias foram consideradas efêmeras. Portanto, a efemeridade não é algo novo promovido por tais plataformas de redes sociais. A novidade consiste na escolha deliberada pelo apagamento, quando hoje já existem modos de fazer aquele conteúdo perdurar. Obviamente, isso afetará a compreensão do jornalismo enquanto um lugar de memória (PALACIOS, 2014), visto que se opta por produzir conteúdo jornalístico em uma plataforma que, deliberadamente, apaga o conteúdo e não disponibiliza um acervo para o seu seguidor. Como bem destaca Bauman (2011, p. 25), vive-se, mais que nunca, a era na qual os laços eletrônicos são criados para “apagar, reescrever e escrever por cima”.

REFERÊNCIAS

- ARCELLA, Luciano. O poder da memória, fundamento do eu e da civilização. In: **Revista ALCEU**, V.8, nº 13, 2006, p. 182-190.
- BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BELTRÃO, Luís. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Msucci, 1969.
- BOYD, Danah. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: **Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites**. Ed. Zizi Papacharissi. p. 39-58, 2010.
- DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria do Conceito**. Rio de Janeiro: i. Inf, 1978.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- DIJK, Teun A. van. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.
- DOVIFAT EMIL, Phil. **Periodismo**. Editorial UTEHA, México D.F., 1959
- ELLISON, Nicole B.; BOYD, Danah. Sociality through Social Network Sites. In. DUTTON, William. H. (Org.). **The Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford: Oxford University Press, p.151-172, 2013.
- FOSTER, Jonathan K.. **Memória**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- Fontcuberta, M. **La noticia: pistas para percibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1993.
- GREIMAS, A. **Sobre o sentido – ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J.. **Dicionário de Semiótica**. Editora Cultrix: São Paulo, 1980.
- GREIMAS, A. J. Semiótica figurativa e Semiótica Plástica. In: **Significação – Revista Brasileira de Semiótica**. Nº 4, junho, 1984.
- GROTH, Otto. **O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos das Ciências dos Jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** São Paulo: Parábola, 2013.
- IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2017.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza: rumo a uma civilização sem peso**. São Paulo: Editora Manole, 2016.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia – jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Bocc, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2018.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MORRIS, Charles. **Foundations of the Theory of Signs**. The University of Chicago Press, 1976.
- PALACIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs). **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Editora Calandra, 2003.
- PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p.13-30, 2o semestre de 2004.
- RIVA, Pedro Orive. **Estructura de la información periodística: aproximación al concepto y su metodología**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1977.
- SCHROCK, Andrew Richard. The Emergence of Mobile Social Network Platforms on the Mobile Internet. In: ROSEN, Larry D.; CHEEVER, Nancy; CARRIER, L. Mark. **The Wiley Handbook of Psychology, Technology, and Society**. United Kingdom: Willey Blackwell, 2015.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: Estudos de Jornalismo e Mídia. Vol. II, nº 1, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando @ cultura: a comunicação e seus produtos**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. Coimbra: Editora Minerva Coimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005